



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII**  
**COLEGIADO DE ENFERMAGEM**

**INGRID DE SOUZA SILVA**

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA**  
**CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

**SENHOR DO BONFIM**

**2021**

**INGRID DE SOUZA SILVA**

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA SOBRE O CONTEXTO DE UMA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DEDC/Campus VII.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Mest.<sup>a</sup>. Tatiane Pina Linhares

**SENHOR DO BONFIM**

**2021**

**INGRID DE SOUZA SILVA**

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA SOBRE O CONTEXTO DE UMA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado a Banca Examinadora para apreciação e aprovação para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem do Colegiado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Educação - Campus VII. Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof . Mestre Tatiane Pina Santos Linhares – Mestrado em Educação e Diversidade (UNEB)

---

Pró Dr<sup>a</sup> Maria José Souza Pinho – Doutorado em Educação (UNEB)

---

Prof . Marcia Danielle de Sousa Silva – Especialista em Saúde da Família (UNEB)

## Sumário

ARTIGO	5
1. INTRODUÇÃO	22
2. OBJETIVO GERAL	24
<b>2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>24</b>
3. REFERENCIAL TEÓRICO	25
<b>3.1 Educação Sexual nas escolas: entendendo conceito de sexualidade</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Sexualidades, gênero e suas imbricações</b>	<b>30</b>
<b>3.3 Teorias das representações sociais</b>	<b>35</b>
4. METODOLOGIA	39
<b>4.1 DESENHO E TIPO DE ESTUDO</b>	<b>39</b>
<b>4.2 DESCRIÇÕES DO LOCAL DO ESTUDO</b>	<b>40</b>
<b>4.3 PARTICIPANTES DE PESQUISA</b>	<b>40</b>
<b>4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO</b>	<b>40</b>
<b>4.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS</b>	<b>40</b>
<b>4.6 PERÍODOS DE COLETA DE DADOS</b>	<b>41</b>
5. ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
6. ASPECTOS ÉTICOS	42
7. CONCLUSÃO	42
8. REFERÊNCIAS DO PROJETO	44
APÊNDICE	50
ANEXO	57

**ARTIGO****DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA SOBRE O  
CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA.**

A ser enviado a Revista Gênero.

Ingrid de Souza Silva<sup>1</sup>

Tatiane Pina Santos Linhares<sup>2</sup>

**Resumo:**

Este trabalho surge a partir de uma das grandes preocupações que emergem na Educação, que é tratar de questões relacionadas ao campo da sexualidade humana. Isto permeia o cotidiano escolar, de forma significativa, demandando atenção especial, por fazer parte de temas transversais. Assim, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória descritiva. Tendo como objetivo analisar as representações sociais, no que se refere a temática de gênero e sexualidade. A pesquisa tem como resultados duas categorias, sendo o preconceito enraizado ou exacerbado e o conhecimento prévio em relação a ES. Conclui-se que a escola é um lócus mais apropriado para promover a reflexão e o diálogo diante da temática, pois trata-se de um ambiente multicultural e diversificado, que contribui para o aprendizado de jovens e adolescentes. Além de ser um espaço de formação educacional e social, através dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, podendo desta maneira proporcionar a este público a compreensão de suas realidades diante da sociedade o que interfere de maneira significativa na vivência destes jovens.

Palavras –chave: educação sexual; gênero; raça

**ABSTRACT**

This work comes from one of the major concerns that emerge in Education, which is to deal with issues related to the field of human sexuality. This permeates everyday school significantly, requiring special attention to be part of transverse themes. Thus, this study is a descriptive exploratory qualitative research. Aiming to analyze the social representations, regarding the issue of gender and sexuality. The research has the results in two categories, being rooted prejudice or exacerbated and prior knowledge regarding sexual education. It is concluded that the school is a more appropriate locus to promote reflection, dialogue on the subject, as it is a multicultural and diversified environment, which contributes to the learning of young people and teenagers. Besides being a place of educational and social formation, through scientific, philosophical and artistic knowledge and can thus provide this public understanding

---

<sup>1</sup> Graduanda em Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Brasil. E-mail: ingris.ss156@outlook.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação e Diversidade, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Brasil. E-mail: tatianepina\_enf@hotmail.com

of their realities to society which interferes significantly in the experience of these young people.

Keywords: sex education; gender; race

## 1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância que quando nos referimos a desigualdade, podemos ressaltar os diversos tipos distintos existentes como, a desigualdade de gênero, educacional, social entre outros. A desigualdade de gênero é presenciada todos os dias por mulheres e homossexuais, e faz parte da vivência destes, de acordo com o contexto histórico, quando estes grupos são pertencentes a população negra e quilombola, a discrepância torna-se mais perceptível. Segundo Silva (2003) quando estas (etnia negra ou gênero sexual) passam a pertencer a ambos aos grupos seja ele feminino negro ou homossexual negro, isto significaria então ser discriminado duplamente.

Analisando o contexto de desigualdade no âmbito social, percebe-se que as comunidades quilombolas atualmente ainda lutam por igualdade social e por direitos. Os quilombolas, ou pessoas a quais se encontram na comunidade, estão distribuídos por todo território nacional, seja este rural ou urbano, onde vivem em comunidades formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas (FREITAS, 2011).

Neste enfoque o conceito de raça e etnia ao serem trabalhados visam proporcionar a promoção da emancipação destes agrupamentos sociais; em uma perspectiva da valorização da(s) identidade(s) dos múltiplos sujeitos que convivem no mesmo espaço onde estes devem ter um posicionamento político, a fim de desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente aos grupos sociais quilombolas (NOGUEIRA, 2008).

Não se tratando apenas do conteúdo referente a raça , gênero se enquadram neste estudo com prognósticos para rejeições, quando buscamos a compreensão do que é gênero e a importância da Educação Sexual , seguimos várias vertentes culturais e sociáveis a qual nossas comunidades instituem; para as ciências sociais e humanas, refere-se à construção social do sexo anatômico. Entretanto, gênero pode significar que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (BRASIL, 2010). Relacionando a questões de gênero e raça, a mulher negra encontra-se, coletivamente na parte inferior da sociedade da escala de trabalho, sendo consideradas socialmente inferiores aos homens negros e as mulheres brancas, onde estes dois grupos mesmo que distintos acabam por pertencer à mesma posição que, é sobre a mulher negra, sendo estes opressores, marxistas, racistas e classistas.

Estas crenças discriminatórias se denominam, respectivamente, sexismo e heterossexismo (MURTA, 2012). Sendo a Educação Sexual (ES) a única ferramenta existente capaz de romper com o preconceito impregnado na sociedade e em ambiente escolar, e desta forma minimizar os agravos históricos existentes e correlacionados a desigualdade socioeconômica, racial e cultural assim como questões de gênero e diversidade sexual.

Este trabalho surge então a partir da indispensabilidade de se contextualizar as lacunas a qual estão sujeitos os adolescentes remanescentes, em relação a ES, e promover desta forma um avanço científico e tecnológico. Ressalta-se a importância desta pesquisa para os discentes do curso de enfermagem assim como para desenvolvimento humano e social, através da relevância social e como estas interferem no perfil da saúde integral desta comunidade, proporcionando então um melhor empoderamento.

O objetivo desta pesquisa visa analisar as representações sociais de jovens, no que se refere a temática de gênero e sexualidade na escola, sendo os sujeitos participantes do Projeto de Extensão Educar para sexualidade em uma comunidade remanescente urbana em um município da região norte da Bahia.

Diante das observações surgiram os seguintes questionamentos:

- ✓ Seria possível capturar as representações sociais de estudantes de uma escola pública beneficiados por um projeto de extensão educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade?
- ✓ Existe um conhecimento prévio dos educandos (jovens/adolescentes) referente a temática gênero, sexualidade e IST's?
- ✓ Qual seria o papel da educação sexual e educação em saúde, no contexto educacional?

## **2. REVISÃO DE LITERATURA:**

### **2.1 Comunidades\ Raça**

Segundo Leite (1999), a expressão “comunidade remanescente de quilombos”, ressurge ao final dos anos 80, não somente para descrever um processo de cidadania incompleto como também para sistematizar anseios por mudanças na sociedade brasileira, além de visar a proteção por parte das esferas governamentais com relação as suas terras e manifestações culturais populares, indígenas ou afro-brasileiras.

Leite (1999) afirma que o termo quilombo é, no entanto, um conceito próprio dos africanos “Bantu “que vem sendo modificado através dos séculos”, segundo Freitas (2011), o termo

significa na sua etiologia “acampamento guerreiro na floresta”, sendo este popularizado no Brasil pela administração colonial, entendido ainda em Angola como divisão administrativa.” O Conselho Ultramarino de 1740 define então quilombo como sendo “toda habitação com mais de cinco negros fugidos, em parte desprovida, ainda que não se tenham ranchos levantados ou que não se encontrem pilões neles” (LEITE,1999). Nesse sentido se tem legitimação perante a constituição em 1988, garantindo a todos os remanescentes de quilombos, e africanos ou aos que se auto reconhecem como tal, o direito ao território por eles habitado (FREITAS, 2011).

No entanto em 1888, quando da Abolição da Escravatura, perde-se a chance de se construir uma nação menos desigual e mais diversa. As elites políticas não se encontravam dispostas a superar o racismo e incluir os povos africanos e descendentes de nacionalidade brasileira (LEITE,1999). E a exclusão social destes povos então amplia-se ao longo dos séculos, e somente no século XXI as esferas governamentais tentam suprimir esta deficiência social do passado com políticas de inclusão.

O Ministério da Saúde aprova somente em 2004, uma política de inclusão da população quilombola com a Portaria n.º 1.434, de 14/07/2004, no qual Freitas (2011) aborda em seu contexto que esta portaria acaba gerando um incentivo para a ampliação de equipes de estratégia da saúde voltadas para estas comunidades quilombolas.

De certo modo apesar das desvantagens e estigmas que estes povos estejam mais vulneráveis, Freitas (2011) relata que estas lutas pela igualdade favoreceram a aprovação de dispositivos que garantem a todos os remanescentes de quilombos, descendentes de ex-escravos, ou aos que se auto reconhecem como tal, o direito ao território por eles habitado. Considerando-se então como remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnicos raciais, que possuem ancestralidade negra relacionada com a resistência e a opressão histórica sofrida ou que assim se intitulam como negros.

Rohden (2009) ressalta que esta repressão social se perpetua graças ao preconceito e discriminação, a qual a sociedade desenvolve-se na dinâmica destas relações tanto raciais quanto éticas, estando diretamente ligadas aos impactos da desigualdade étnico-racial no currículo escolar e da sexualidade na vida social.

O conceito de raça e etnia ao serem trabalhados na comunidade visam proporcionar a promoção da emancipação destes agrupamentos sociais; assim como desconstruir os estereótipos e os estigmas que foram atribuídos historicamente aos grupos sociais quilombolas (NOGUEIRA, 2008), o que fortalece ainda mais a luta da população quilombola por igualdade de direitos, pela ampliação de uma cidadania plena e pela equidade na saúde pública no nosso país (FREITAS, 2011).

Hooks (2015), ressalta que a inter-relação não é compreendida como opressão de sexo, raça e classe e que certos grupos se recusam a levar a sério esta inter-relação. Quando correlacionamos estas vertentes culturais, sociais e econômicas relativas a gênero e raça e inseridas para estudo de um determinado grupo, podemos perceber que ambas sozinhas geram determinadas problemáticas abordando assim a interseccionalidade de gênero, raça e etnia sendo a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Pois trata-se das interseções entre estes diversos fenômenos (MOUGEOLLE, 2015).

## 2.2 Educação Sexual

A importância de se falar sobre ES nas escolas tem início a partir do momento em que fatores externos começam a interferir na vida de jovens, neste momento a ES começa a ser implantada em ambiente escolar tendo o seu desenvolvimento e início das suas práticas no começo no início do século XX, obtendo como foco o controle epidemiológico. Na época, prevaleciam discursos que eram, em geral, repressivos, ancorados nos pressupostos da moral religiosa e reforçados pelo caráter higiênico das estratégias de saúde pública (FURLANETTO, 2018).

Mesmo diante das grandes repressões religiosas a participação de movimentos feministas incentivou discursos políticos a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos sendo extremamente importantes, para além do caráter biológico como fundamental para a saúde tanto física quanto mental, onde foram então criadas leis para que a prática fosse assim legalizada (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015; TAQUETTE, 2013).

No entanto somente no final do século XX que surgem políticas governamentais relacionadas à abordagem da sexualidade na escola visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (NARDI & QUARTIERO, 2012). A ES contribui então para o conhecimento pessoal e o entendimento em relação as diversidades sexuais. Sendo perceptível que a carência da educação afeta não só a saúde como também a comunidade, a estratégia seria então, segundo Oliveira (2018), romper as barreiras da discriminação e preconceito que se perpetua por anos, gerada a partir da não compreensão da sexualidade.

Levando em consideração documentos que apoiam a atuação profissional nesse campo, ganham destaque então: os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004a); Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004b); Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008), e Programa de Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2007). (MARCON 2016)

Estabelecendo-se uma alusão a estas políticas públicas, no final do século XX e início do século XXI, foram desenvolvidas propostas de lei, como exemplo destes temos o Projeto de Lei n.º 42-A, de 2007 (Do Sr. Lincoln Portela), Altera o artigo 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a oferta da disciplina educação sexual nas escolas; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. ANTONIO BULHÕES). A oferta da disciplina de educação sexual necessita primeiramente ser autorizada pelos responsáveis dos estudantes, e que a mesma não poderá fazer parte do processo avaliativo dos alunos, de acordo com o projeto de lei de nº42-A de 8 de agosto de 2007 (Brasil,2007).

Este artigo ressalta que não se deve incluir a ES como obrigatoriedade para os alunos, e sim em caráter interdisciplinar, já que fatores como a religião pode interferir nesta prática. No entanto avanços nas políticas públicas favorece um cenário a qual a escola torna-se um loco privilegiado de valorização da diversidade de expressões de sexualidade, além de ser já reconhecida sua função social de promoção da cidadania e redução da vulnerabilidade social dos jovens (MARCON, 2016).

A inexistência da ES em qualquer comunidade interfere de diferentes formas no desenvolvimento social de cada município, além das questões culturais, sociais, econômicas, e educacionais, existe a vulnerabilidade diante da escassez de informação segura. A desinformação de conteúdos referentes a sexualidade na adolescência intensifica as buscas através da internet e de informações distorcidas entre grupos de amizade.

Diante desse contexto, essa lacuna da desinformação possibilita a propagação da discriminação racial e a criação de estigmas referentes a mulheres e homens negros pela sociedade, índices negativos como violência étnica, física, psicológica, sexual e racial além, da discriminação racial e de gênero a qual este público encontra-se ainda mais exposto sejam reduzidos progressivamente ao longo das gerações. A necessidade de um desenvolvimento e incentivo, para que a ruptura dos fatores negativos como o preconceito sejam possíveis e que possa colaborar para a igualdade de gênero e o respeito entre os mesmos.

A escola passa a atuar assim como campo para a prática do ensino da ES podendo desta forma contribuir para o discernimento do conhecimento destes jovens, proporcionando então aos educandos e educadores uma troca de conhecimentos por ambas as partes. No entanto, estes educadores necessitam desconstruir seus próprios conceitos para que não se perpetue uma educação de exclusão (Junqueira, 2009). A ES pode ser apresentada as pessoas por diversos profissionais, assim os profissionais de saúde estão aptos para desmistificar as dúvidas em relação a temática juntamente como os professores em ambiente escolar.

### **3. METODOLOGIA:**

### 3.1 Delineamento e Participantes

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória descritiva. A qual foi realizada no período de 2019 a 2020, sendo utilizados para o desenvolvimento deste estudo os termos gênero e raça em populações quilombolas. Para a etapa qualitativa as amostras foram utilizadas por conveniência, os alunos deveriam estar cursando 7º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio. A idade dos participantes não foi delimitada por conta de que muitos alunos não acompanharem o requisito ano escolar idade média para o curso. Nenhum aluno foi excluído. Assim foram entregues um total de 81 termos, entre estes: Termo de Assentimento do Menos; Termo de Autorização\ Termo de Cessão de Direitos Autorais e Autorização para Disponibilização de Obra em Acesso Livre e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para autorização dos responsáveis, pois se tratavam de menores de idade a grande maioria dos alunos.

### 3.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados:

Inicialmente nem todos os participantes responderam ao questionário, pois o conteúdo educação sexual para alguns responsáveis ainda se trata de um tema difícil de ser dialogado. Os participantes responderam a um questionário referente a temas que envolvam a ES, para investigar o discernimento referente a sexualidade, e comportamento sexual, informação e acesso à educação sexual. A aplicação dos instrumentos teve duração em torno de 10 minutos, para cada um dos participantes, os quais foram atribuídos codinomes ( A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2, E1, E2, F1 e F2) para garantir o sigilo das informações. Todos os encontros foram gravados em áudio com duração em média de 2-5 minutos cada.

### 3.3 Procedimentos Éticos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sob CAEE nº 04091718.6.0000.0057. Todos os princípios e cuidados éticos necessários à pesquisa com seres humanos foram atendidos, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere a zelar pela legitimidade, privacidade e sigilo das informações. Obteve-se anuência da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Senhor do Bonfim- Bahia. A partir do aceite das escolas convidadas, selecionadas por conveniência pela relação com a comunidade quilombola, o projeto foi então apresentado às coordenações pedagógicas das escolas para que fossem analisados os melhores horários para o contato com os alunos.

### 3.4 Procedimentos de Análise de Dados:

Os dados referentes a coleta de dados inicialmente foram analisados em forma de leitura dos questionários e audição das gravações para familiarização com o material, a começar da análise temática da linguagem verbal dos entrevistados e posteriormente digitalizados no programa Microsoft Word, tabulados e analisados qualitativamente, sendo possível subdividi-los em duas categorizações com base nas respostas encontradas nas falas dos participantes e considerando os objetivos do projeto de pesquisa.

Para o tratamento dos dados obtidos nesta pesquisa utilizou-se a análise de conteúdos de Bardin. Temos como etapas desta: 1) pré análise, que compreende a aproximação e leitura exaustiva dos documentos, 2) exploração do material, que consiste na organização dos dados em categorias e 3) tratamento dos resultados buscando à construção de conhecimento científico sobre o objeto estudado. Os resultados foram analisados sobre o contexto da educação sexual, com relação as questões de gênero, IST's e importância da educação sexual nas escolas em um colégio com estudantes de uma comunidade quilombola. Para que desta forma pudéssemos compreender o objetivo deste estudo.

## 4 RESULTADOS:

No Quadro 1 podemos analisar as categorizações dos participantes, sendo 5 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, adolescentes entre 16 a 23 anos, como relação ao tempo que estudam na instituição este varia de 1 a 4 anos, aos que envolveram-se previamente nas atividades educacionais direcionadas a implementação da ES somente 3 dos 12 participantes afirmam terem participados de grupos nas escolas. Participaram das entrevistas estudantes do 2º ano do ensino médio.

**Quadro 1-** Categorização dos participantes.

ALUNOS	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D1	D2	E1	E2	F1	F2
IDADE	19	18	16	18	16	17	16	18	17	18	23	18
EC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
FILHOS	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
AIE	201 8	201 9	201 6	201 5	201 9	201 9	201 7	201 9	201 7	201 9	201 8	201 6

PO	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Nº OFICINAS	2	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0

\*Estado civil – EC; Ano de ingresso na escola- AIE; Participação das oficinas – PO.

Após a pré-análise das respostas, emergiram através da verificação e situação dos alunos a subdivisão das entrevistas em dois eixos temáticos, para que desta forma possamos compreender melhor os achados sendo estes: 1) preconceito enraizado ou exacerbado e 2) conhecimento prévio sobre ES.

#### 4.1 Preconceitos enraizado ou exacerbado:

O primeiro eixo temático faz menção a uma forma de preconceito ao qual encontram-se em muitas ações e falas pessoais, pois, os mesmos dizem que não são preconceituosos, mas seus comportamentos exaltam uma cultura sexista e racista. Smaniotto (2018) ressalta que o preconceito existente atualmente é estimulado por uma série de fatores baseados em sua maioria enraizada em nossa cultura, podendo os mesmos serem explicados através de uma análise da formação de um sistema jurídico, que desde sua criação foi fundamentado no padrão de um sujeito branco, cristão e heterossexual. Sendo possível ainda identificar que a escassez de conhecimento e interesse a respeito da temática se faz presente no cotidiano de jovens independentes do viés social, económico e cultural.

Percebe-se que não se pode fazer uma associação entre o ano de ingresso destes entrevistados e suas idades, mais podemos correlacionar a idade as opiniões dos participantes desta atividade desenvolvida para verificação do conhecimento da ES. O que reflete nos discursos destes adolescentes participantes do projeto, onde se é possível analisar que muitas falas são ainda carregadas de indiferença por jovens que não percebem a necessidade de se discutir sobre Educação Sexual - ES, pois o tema ainda é considerado como promíscuo. Quando questionados a respeito de temas referentes a sexualidade, temos as seguintes falas:

#### - Para você o que é sexualidade?

**A1-** “Não entendo, viadez, boiolicé.”

**F2-** “Não sei.”

Como resultados, encontramos nesta pesquisa, respostas baseadas no cotidiano destes entrevistados, já que a propagação do preconceito em grupos sociais conservadores ou não é muito comum. Se fizéssemos uma correlação entre o tempo e permanência na escola e o tipo de argumentação em relação a ES, perceberíamos que quanto menos exposto a ES mais falas

preconceituosas são discursadas. Segundo Alencar (2008), a ES na escola para adolescentes, permitirá que estes refletissem e criticassem sobre sua autonomia na vivência de uma sexualidade saudável, respeitando a si próprio e aos outros.

Através destes discursos hegemônicos e homofóbicos, podemos analisar que os desconhecimentos da sexualidade para os adolescentes sustentam a repressão. Lionço (2015) resalta que a homofobia é uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais. A analogia ao preconceito de gênero, fica ainda mais evidente nas falas de jovens onde o preconceito enraizado se faz presente, pois ainda atribuem ao sexo e à sexualidade a mesma significância, ligando-os a função reprodutora e de perpetuação da espécie (NERY,2015).

**- Para você o que é sexualidade?**

**A2-** “Uma Escolha Individual.”

**B1-**” Sexo.”

**B2** – “É o que a pessoa escolhe se relacionar”.

**D2** – “Relaciona a palavra sexualidade a sexo. É a ... É tipo... a escolha, como se comporta é a forma como se comporta”.

Os discursos baseiam-se na presunção de que sexualidade é a escolha individual, ou ainda somente fazendo relação ao sexo propriamente dito, no entanto é através de pensamentos assim que podemos analisar o conhecimento a respeito da sexualidade, a qual respalda uma educação sem muito aprofundamento a respeito da ES, “podendo a mesma ser compreendida como um processo permanente do conhecimento formal ou informal.” (FURLANETTO, 2019). O conhecimento formal pode ser apresentado para os adolescentes através da escola, a mesma ao invés de tratar a ES apenas na fundamentação da biologia dos corpos e órgãos sexuais, poderia favorecer o conhecimento adequado para os jovens incentivando que índices elevados de gravidez, precoce, Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST's, preconceito e violência sexual e racial fossem rompidos.

No entanto ao longo dos anos a escola foi o local que mais reproduziu o sexismo e o heterossexismo ao manifestar sua concordância com discursos e práticas excludentes (MURTA, 2012). Apesar desta deficiência educacional ao longo do tempo a década de 90, surgiram importantes políticas governamentais relacionadas à abordagem da sexualidade na escola visando tanto à prevenção de doenças quanto a e promoção de saúde assim também como a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (MARCON, 2016). Sendo na escola onde os jovens devem passar a maior parte do tempo este é então o local apropriado para se trabalhar estas mudanças de comportamento. É neste contexto que a ES necessita ser utilizada como estratégia para que questões

relacionadas ao gênero, sexualidade e raça possam ser trabalhadas, por isso, torna-se o lugar mais apropriado para se desenvolver ações educativas (MARTINS, 2014). Quando buscamos o significado de gênero no Dicionário podemos encontrar a seguinte definição, “[...] Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais.” (DICIO, 2017).

O conceito exposto pelas edições dos livros e dicionários ainda caracteriza a palavra gênero como sexos binário, fazendo desta forma ainda referências a heterossexualidade apenas como única forma de orientação e esquecendo-se de outras classificações para gênero, já que este, engloba na sua classificação tantas outras categorias como: homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, pansexualidade, transexualidade assim como outras variedades. Mencionando ainda a abordagem pedagógica, Lionço (2015), afirma que a didática abordada nos livros, a qual o caráter heteronormativo das relações sociais está presente nos padrões de representação de gênero e de organizações familiares, nos discursos sobre afetos e também na ausência do tema da diversidade sexual, nos discursos abaixo, fica evidente a incidência de desconhecimento a respeito:

**- O que é gênero para você?**

**B1** – “Gênero feminino e masculino”.

**E1**- “É feminino e masculino é isso que entendo”.

**F1**- “O termo para mim vem para caracterizar o que é homem o que é mulher”.

Diante das falas dos alunos é incontestável a percepção de gênero para os mesmos ainda é centrada na binaridade, fato este que é comum já a ES não se faz presente nos seus cotidianos escolares, seja pela pouca habilidade dos professores ou até mesmo pelo déficit de incentivo governamental para com a atualização de livros, na explanação da educação em saúde de forma mais aberta e didática. Russo (2015) sugere que uma postura mais clara da instituição escolar, incluindo uma visão ampliada sobre o conceito de gênero e sobre as diversidades sexuais, poderia contribuir com o trabalho de orientação sexual. Assim faz-se necessário a abordagem da ES nas escolas, pois somente desta forma o rompimento de pensamentos e ações sexistas e homofóbicas, aconteceria de forma mais efetiva e por fim contribuiria para o processo de empoderamento da sociedade.

#### 4.2 Contribuições da ES para o conhecimento pessoal:

No entanto 11 entrevistados admitem que há a necessidade de se promover a ES em ambiente escolar, trazendo as mesmas posições tangíveis em relação as consequências a qual a ES pode ter sobre a vida pessoal e social destes. Alguns autores declaram a necessidade e as

contribuições do ensino para a vida destes jovens. Contribuindo com elementos para desenvolver seus próprios posicionamentos e ações.

Safair (2015) e Brito (2008) ressaltam que para se possuir uma educação de qualidade, há a necessidade de fazer uma união entre escolas e serviços de saúde, somente assim podemos educar os jovens da melhor forma possível, pois, a carência de profissionais nesse ambiente é muito grande. Favorecendo assim, a prevenção de IST's, gravidez precoce, preconceito de gênero promovendo o desenvolvimento pessoal, respeito e responsabilidade pelo outro.

Guberty (2009) e Santos (2019) acordam que é necessário que profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, necessitam colaborar com a decodificação a complexidade dos sentimentos e atitudes que perpassam a saúde dessa população, se responsabilizando pelo empoderamento de estudantes, professores e funcionários das escolas, estabelecendo um vínculo que possibilite o acesso em futuras necessidades das crianças e adolescentes.

Um dos objetivos desta pesquisa visa analisar o conhecimento prévio dos educandos referente a temática gênero e sexualidade. Quando questionados, sobre a importância da prática de atividades referentes a ES em ambiente escolar, estes demonstram que o preconceito sobre gênero existe, mais o não saber do que se trata e suas dúvidas, ainda precisam ser esclarecidas o que torna a ES atrativa para a obtenção deste conhecimento, diante das seguintes falas podemos observar estas incógnitas:

**- Você acha importante ter as atividades na escola? por que?**

**D1-** “Sim, nos ajuda a ter uma melhor rendimento e personalidade, [...]”.

**E2-** “Sim, porque, além de orientar, os alunos, não só os alunos, as pessoas que não tem muito entendimento, a se prevenir, a saber se cuidar [...]”.

**C1-** Sim, porque ajuda o aluno com suas dúvidas, e ajuda o a se prevenir das doenças causadas pelo ato sexual sem prevenção.

**C2-** Sim, por que é necessário explicar e ensinar aos jovens, sobre certos assuntos, o que os pode afetar no futuro. Minha mãe é aberta e explica tudo desde os 7 ou 8 anos, fui ensinada desde nova. Vejo que tem muitos pais que acham que não é necessário ter educação sexual nas escolas mais não ensinam. O problema não é só a gravidez... são imprudentes ignorantes.

O conhecimento de parte destes entrevistados frente as condutas e atitudes para como a ES, pode oportunizar escolhas melhores em relação a suas vivências. A ES pode assim favorecer a redução de taxas negativas sobre questões socioeconômica produzida pela gravidez na adolescência, como por exemplo, o abandono escolar e a não continuidade dos estudos, o que não possibilitará

uma melhor qualificação profissional para competir no mercado de trabalho e maior inserção de adolescentes e jovens no mercado informal e subqualificado de trabalho; danos à saúde que impactam no Sistema Único de Saúde.

Mesmo com conhecimento, a ES necessita ser praticada diariamente pois esta contribui para uma construção pessoal/social, sendo um processo contínuo e complexo (CAMPOS, 2015). É notório que a promoção da educação e saúde necessita ser trabalhada não somente com os alunos como também com o corpo docente das escolas, aspirando o desenvolvimento em cada um e a capacidade de interpretar o dia a dia e atuar de maneira comprometida para a melhoria da qualidade de vida mediante atitudes e comportamentos (SANTOS, 2019).

Os resultados encontrados durante a pesquisa, expõem que mesmo com a precariedade da ES em caráter escolar, sejam estes em comunidades remanentes ou não, a falta de habilidade dos professores em discutir o tema reflete de maneira significativa na vida destes estudantes.

## 5 Conclusões

Durante a coleta de dados, observou-se que alguns jovens participantes apresentavam dificuldades em responder ao questionário, ficando evidente a partir dos discursos destes quando questionados, a respeito do conceito de raça e etnia. Percebesse que mesmo dentro de uma comunidade quilombola da zona urbana, ainda existem questões tidas como vulneráveis ou até mesmo frágeis para serem debatidas por estes indivíduos. No entanto outros demonstraram possuir mais informações a respeito das questões apresentadas. Podemos desta forma concluir que, apesar da falta de estruturas das escolas para tratar de temas relacionados a ES, com uma intervenção dialógica seja de projetos ou por profissionais qualificados, pode-se promover a disseminação do conhecimento a respeito da ES em qualquer ambiente, para crianças, jovens e adultos de forma apropriada.

Sendo então a escola, o locus mais apropriado para promover a reflexão, o diálogo diante da temática, pois trata-se de um ambiente multicultural e diversificado, que contribui para o aprendizado deste público, além de se um espaço de formação educacional e social, através dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, podendo desta maneira proporcionar a compreensão de suas realidades diante da sociedade.

Desta maneira, a melhor forma de se promover uma qualificação educacional em relação a ES e a educação em saúde seria formar parcerias entre as universidades, os profissionais da saúde e

o setor da saúde de cada município com a escola. Com a ampliação destes grupos, a longo prazo poder-se-ia investigar quais impactos sociais a intensificação de uma ES poderia ter sobre a vida destes jovens. Desta forma, ressalta-se a necessidade de avaliar através de outros estudos uma análise mais avançada em relação aos impactos que ações que tratam da temática ES teria no comportamento e nas relações na sociedade.

## 6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rúbia de Aguiar et al. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008.

BRASIL -Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. FORMAÇÃO de PROFESSORAS/es em GÊNERO, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. cursogênero e diversidade na escolas. BRASIL, 2010.

BRITO, Maria Eliane M. et al. EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM PRÉ-ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA. **DST-J bras Doenças Sex Transm**, v. 20, n. 3-4, p. 190-195, 2008.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 21, n. 4, p. I-IV, 2015.

DE OLIVEIRA<sup>1</sup>, José Renato Santos et al. REPERCUSSÕES HOMOSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA. 2018.

Dicio - Dicionario online de Português, < <https://www.dicio.com.br/genero/>> Acesso em 19 de fevereiro 2020. 15:00 horas). Conteúdo revisto em maio de 2017. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 5, 2011.

FURLANETTO, Milene Fontana; MARIN, Angela Helena; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 644-664, 2019.

GUBERT, Fabiane do Amaral et al. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. **Rev. eletrônica enferm**, p. 165-172, 2009

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/panorama>>. Acesso em 28 de Novembro de 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. Horizontes Antropológicos**, v. 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual, 2015.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas a la diversidad sexual en la escuela. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 291-302, 2016.

MARTINS, Norma Rogéria Moreno; NETO, J. M. Adolescente, esse ser em transformação. **Cadernos PDE**, v. 1, 2014.

**MOUGEOLLE - LÉA MOUGEOLLE - O Conceito de “Interseccionalidade” - 2015-Portal sociologia**< <http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade/> > acesso em 27 de novembro de 2018.

MURTA, Sheila Giardini et al. Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 335-344, 2012.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 11, p. 59-87, 2012.

NERY, Inez Sampaio et al. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-292, 2015.

NOGUEIRA, Juliana Keller; FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Fazendo Gênero**, v. 8, 2008.

## **PROJETO**

### **1.INTRODUÇÃO**

Uma das grandes preocupações que emergem na Educação, em instituições de ensino, é tratar de questões relacionadas ao campo da sexualidade humana. Isto permeia o cotidiano escolar, de forma significativa, demandando atenção especial, por fazer parte de temas transversais.

A sexualidade é parte integrante da vida do homem, pois está presente desde o seu nascimento até a morte e também nas relações e ações entre as pessoas, ou consigo mesmos, enquanto seres sexuados. Encontra-se marcada pela cultura, pela história, pela ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito.

A sexualidade não é apenas um conjunto de atos e reflexos herdados, também é construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e com cultura. O tema sexualidade está na “ordem do dia da escola”. Presente em diversos espaços escolares, ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto a ser abordado na sala de aula pelos diferentes especialistas da escola; é tema de livros didáticos, bem como de músicas, de danças e de brincadeiras que animam recreios e festas (ALTMANN, 2001).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam que a Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e para a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. E o seu trabalho na escola deve ser feito de forma transversal, problematizando,

questionando, debatendo diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho (BRASIL, 1998).

A abordagem da temática sexualidade na escola tem ligação direta com valores culturais e com a história de vida dos indivíduos (VITALLE, 2003). As aulas sobre o tema sexualidade, de acordo Vitiello (1994), devem ser ministradas por meio de metodologias participativas e dialógicas, baseadas na realidade sócio-cultural e desenvolvidas com criatividade intimista e lúdica. Portanto, é relevante que o professor trabalhe de forma atrelada à sua realidade e que ofereça alternativas para transformar o tema sexualidade em conteúdo de ensino e aprendizagem, a partir da sua própria vivência regional, uma vez que o tema mobiliza as mais variadas questões advindas da cultura, ciência, política e religião.

Vale destacar que a sexualidade pode ser entendida como um conjunto de fenômenos relacionados a vida sexual do indivíduo, constituindo-se em aspecto central de sua identidade. Trata-se de uma maneira de estabelecer relações com os outros, possibilidade de amar, sentir prazer e procriar. Sendo assim, a sexualidade não se restringe apenas à genitália, mas envolve processos psicossociais que renovam constantemente a vida, sendo singular em cada indivíduo. Desta forma, a sexualidade humana tem sido tema de discussão ao longo dos séculos, principalmente devido às doenças advindas do contato sexual e aos posicionamentos divergentes quanto à abordagem do assunto, gerando, uma série de concepções, preconceitos e estereótipos. Isto posto, discutir sexualidade implica, então, em iniciar debates na sociedade, envolvendo as identidades, práticas sexuais e diversos tipos de conceitos. Isto, mais do que nunca, demanda atenção especial (LOURO, 2000).

Destacamos, ainda, que a temática educação sexual também tem sido objeto de preocupação do estado e que isso se expressa tanto através das últimas orientações curriculares, construídas pelo Ministério da Educação (MEC) a partir das Leis de Diretrizes e bases para Educação Nacional (LDB), de 1996, quanto da implementação de algumas outras ações, pelo próprio MEC, que buscam apoiar financeiramente projetos de formação de educadores no que tange às questões relativas com à sexualidade.

Cabe ressaltar que este estudo está em consonância com os documentos recentes que apresentam diretrizes sobre o papel do Estado Democrático Brasileiro no tratamento de questões de gênero e sexualidade. Podendo citar Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção a Cidadania Homossexual (2004); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004); Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: 5ª a 8ª série (MEC/SEF, 1998).

É importante, citar também, iniciativas recentes do Governo Federal que visam fortalecer e conferir maior visibilidade ao campo de estudos de gênero, mulheres e feminismo. Iniciativas como o concurso “Construindo a Igualdade de Gênero” – concurso de redações (alunos /as do ensino Médio) e trabalhos científicos monográficos (alunos/as de graduação e pós-graduação) - promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Educação (MEC).

O objeto desta pesquisa visa analisar as representações sociais de jovens e adolescentes, no que se refere a temática de gênero e sexualidade no âmbito escolar, sendo sujeitos participantes do Projeto de Extensão Educar para sexualidade. O método a ser utilizado é o crítico-dialético, na abordagem qualitativa utilizando revisão integrativa entrevista semiestruturada na primeira etapa. No segundo momento será realizada uma entrevista semi-estruturada.

Por meio da pesquisa empírico-bibliográfica de cunho qualitativo trabalhamos com as seguintes categorias: sexualidade; gênero, representações sociais. O estudo busca como objetivo geral capturar as Representações Sociais de estudantes de uma escola pública beneficiados por um projeto de educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade em ambiente escolar, no município de Senhor do Bonfim-Ba. Tentaremos descrever as concepções, crenças e atitudes em relação a sexualidade, utilizando as representações sociais; e de forma dialógica associar com os impactos e as contradições geradas no cotidiano escolar, assim como nas relações culturais e sociais. Propomos analisar o conhecimento prévio dos jovens e adolescentes, e verificar a transformação que a educação em saúde na perspectiva de tornar os “educandos” e os jovens e adolescentes atores sociais capazes de promover mudanças significativas nas suas relações sociais por meio do conhecimento e empoderamento.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Capturar as Representações Sociais de estudantes de uma escola pública e jovens e adolescentes beneficiados por um projeto de extensão educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Identificar a produção de artigos diante da temática sexualidade referente as representações de adolescentes
- ✓ Conhecer o conhecimento prévio dos educandos e jovens/adolescentes referente a temática gênero e sexualidade.
- ✓ Desvelar a aproximação e conhecimento que os estudantes e jovens/adolescentes possuem sobre os principais métodos anticoncepcionais;

- ✓ Revelar o conhecimento, condutas e atitudes que os estudantes e jovens/adolescentes possuem frente as IST's
- ✓ Avaliar a importância da educação em saúde no desenvolvimento da construção cidadã e das relações sociais, diante das questões de gênero e sexualidade.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Educação Sexual nas escolas: entendendo conceito de sexualidade

A Educação Sexual (ES) pode ser conceituada como o conjunto de teorias e/ou práticas, formais ou informais que abordam, numa perspectiva educativa, os diversos aspectos que constituem a sexualidade humana. Desde o nascimento, no território familiar, as crianças recebem noções e valores associados à sexualidade, ainda que de forma não explícita. Mesmo os pais que não falam diretamente sobre o assunto, levam de algum modo as crianças e jovens a vivenciarem esta experiência ao expressarem suas sexualidades nos comportamentos entre si, nas relações com os filhos, nos tipos de “cuidados” recomendados e nas expressões, gestos e proibições que estabelecem.

Para um entendimento mais denso da sexualidade faz-se necessário à sua constituição dos sentidos. A sexualidade humana não está submetida ao condicionamento animal, cingida ao mundo natural. É um aspecto que vai além disso, ela tem a ver com a intencionalidade, no sentido de consciência e experiência de significado do sujeito humano. Está inscrita, pois, na esfera existencial original e inventiva em sua expressão e vivência. E esta esfera é dinâmica, paradoxal, processual. Não se pode, portanto, restringir a sexualidade a um resíduo único e inerte.

A nossa cultura tende a reduzir a sexualidade a sua função reprodutiva e genital. Sexualidade e reprodução são processos que se expressam graças a órgãos específicos do ser humano. Para Fagundes (2005) reprodução é o processo no qual a vida é gerada, ocorrendo, na espécie humana, quando se encontram os gametas masculinos e femininos. Sexualidade é muito mais do que ter um corpo apto; pressupõe intimidade, afeto, emoções sentimentos e bem-estar individual decorrentes, inclusive, da história de vida de cada pessoa.

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando desde a década de 70, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 60, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade (BRASIL, 1997). O aumento da incidência de gravidez na

adolescência e de casos de HIV entre os adolescentes, no meado da década de 80, aumentou a preocupação dos educadores pela temática educação sexual.

Os programas governamentais utilizam o termo orientação sexual para designar a função a ser desempenhada pelos professores no trato da temática da sexualidade com seus alunos. Entendemos que o termo educação sexual seja mais apropriado quando o assunto em pauta é a formação humana e a construção de saberes no âmbito da sexualidade humana. Esse impasse é compartilhado por outros autores e pesquisadores (Nunes, 1999; Vitiello, 1997; Werebe, 1997/1998; Guimarães, 1995), que têm tratado dessa questão no âmbito escolar

É possível identificar, através de levantamentos bibliográficos, que alguns autores utilizam os termos Educação Sexual e Orientação Sexual sem defini-los (Lapate, 1985; Bastos, 2005); outros, especialmente, os autores de estudos posteriores à publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), utilizam orientação sexual, por ser a terminologia oficialmente adotada (Suplicy, 1995; Sayão, 1997; Egypto, 2003; Bock, 2001). Existem ainda, autores (Almeida, 2006; Verucci, 1994) que usam um e outro termo sem diferenciá-los, isto é, adotando-os como sinônimos. Para alguns, são termos com conceitos diferentes, e para outros, são complementares. É importante destacar que todas as publicações anteriores à promulgação dos PCNs utilizavam o termo Educação Sexual.

Segundo Vitiello (1997, p.100), “a educação sexual deve promover a felicidade, preparando as pessoas para usarem de maneira responsável sua liberdade, sendo desta forma um agente de promoção da felicidade individual e coletiva, estando dessa forma em serviço da sociedade.”

A educação sexual, tomada num sentido mais amplo, compreende todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercitadas sobre um indivíduo ao longo de seu desenvolvimento, que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e a sua vida sexual (WEREBE, 1997, p.11).

Vitiello (1997) utiliza o termo educação sexual, diferenciando duas situações específicas: a sistemática e a assistemática, sendo a sistemática realizada por professores, família, instituições sociais pois atuam de forma contínua e duradoura, já a assistemática, é aquela ocasional e espontânea, que ocorre com amigos e grupos, etc.

O autor distingue, ainda, a educação sexual sistemática, que é realizada pela escola em um contexto formal e como uma atividade planejada e intencional, daquela que acontece na família geralmente informal e espontânea, afirmando que a família é a principal responsável pela educação, uma vez que acompanha a pessoa desde o seu nascimento, mas nem sempre preparada para tratar de assuntos referentes ao exercício da sexualidade. No que se refere à educação sexual assistemática,

Vitiello (1997) afirma ter um caráter ocasional, podendo ocorrer através dos meios de comunicação de massa ou da procura por leituras pontuais sobre o tema. Em relação à orientação sexual, o autor diz que o termo “implica num mecanismo mais elaborado que se baseia na experiência e nos conhecimentos do orientador. Esse processo ajuda a pessoa a analisar diferentes opções, tornando-a apta a descobrir novos caminhos”. A educação sexual, em contrapartida, é por ele definida como “a parte do processo educativo, especificamente, voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade”. Portanto, a educação sexual acontece no interior de um processo mais amplo de educação.

Pensamos, em concordância com o autor, que a abordagem do tema por diversos profissionais, como médicos, enfermeiros, psicólogos ou assistentes sociais, possa fornecer alguma informação para atividades relevantes ligadas ao ensino, de modo casual, já que tais profissionais não fazem parte do cotidiano escolar e que tal abordagem caracteriza uma educação sexual assistemática. O trabalho da educação sexual na escola deve ser sistemático, contínuo e duradouro. A realização de palestras por profissionais diversificados pode até contribuir para a desmistificação do tema; no entanto, “o caminho real para a educação sexual não é levar profissionais de várias áreas às escolas, mas, sim, preparar professores interessados para a tarefa de fazê-la,” reafirma Vitiello (1994).

Assim, a educação sexual é um processo contínuo de aprendizagem, onde a cultura, a família, a escola e as principais instituições sociais influenciam diretamente na forma de comportamento desses sujeitos sociais.

Portanto, a educação sexual não é apenas atribuição da instituição escolar. Inclusive Araújo e Calazans (2007) estendem que cabem aos sistemas produtivo e familiar a influência nas transformações comportamentais que se expressam na sociedade, mas lembram que aflora no ambiente escolar ampla diversidade de concepções e ideias que contribuem para consolidar o comportamento adolescente.

Neste trabalho, adotamos o termo educação sexual como categoria teórica, pois abordaremos as questões amplas da sexualidade, e não somente as perspectivas metodológicas.

Outros pesquisadores da temática da sexualidade humana, como Guimarães (1995) e Werebe (1977/1998) também utilizam o termo educação sexual. Na mesma direção de Vitiello, Guimarães (1995) afirma:

Educação sexual, tomada no sentido amplo, compreende todas as ações diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercidas sobre o indivíduo (ao longo de seu desenvolvimento), que lhe permitem situar-se em relação à sexualidade em geral e a sua vida sexual em particular. A educação sexual, num sentido mais restrito, distingue-se da primeira,

pelo seu caráter de intervenção deliberada e sistemática, com intenções que podem ser mais ou menos explicitadas.

Werebe (1998) manifesta que o termo educação sexual melhor situa sua concepção, destacando que a expressão Orientação Sexual se revela perigosa, pois pode ser confundida com opção sexual (homossexual, heterossexual ou bissexual), além de ser educação sexual a terminologia adotada na maioria dos países

A escola, como instituição que potencialmente conhece seus atores, observa demandas de ensino e aprendizagem, sistematiza propostas didáticas e produz conhecimento, pode criar mecanismos objetivos para abordagem de ES

O tema sexualidade está inserido no Bloco Ser Humano e Saúde nos PCN, tais diretrizes apontam a necessidade de estabelecer relações entre os vários sistemas entre si e com os processos mentais, as emoções, os pensamentos e as intuições, permitindo o entendimento do organismo humano enquanto unidade para que, posteriormente, fique evidente a dimensão do ser humano enquanto autor de suas ações e de relação com o outro (BRASIL, 1998). A legislação preconiza a abordagem a ES nas diversas áreas do conhecimento dentro dos temas transversais, ampliando as possibilidades de tratamento dessa temática no contexto escolar.

Nunes e Silva (1999) compreendem que a transversalidade permite a compreensão dos conteúdos de maneira articulada e diacrônica, superando formas segmentadas de apresentação do conhecimento para que a escola (ou conjunto de intervenções sociais) contribua para formação de papéis e vivências da sexualidade em cada indivíduo.

O processo de educação sexual, segundo Chauí (1985) deve ser exercido não como domesticação dos indivíduos, mas como uma oportunidade de auto-reflexão, para que a pessoa possa se estabelecer como sujeito e exercer uma visão crítica e uma práxis transformadora sobre sua sexualidade, o que contribuiria para a afirmação dos ideais emancipatórios da humanidade, a partir do respeito ao outro e às diferentes formas de exercício da sexualidade. Corroborando com Fagundes (1995, p. 32), “é preciso criar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre suas ideias, sentimentos e conflitos na área da sexualidade e envolvam a totalidade de seu ser na reinterpretação e reconstrução da realidade”.

Camargo e Ribeiro (1999) relatam que a educação sexual não é uma mera prática educacional, mas deve ser integrada ao currículo de cada proposta escolar, já que sua estruturação e sistematização levam a uma percepção histórica e dualística do mundo.

Ao analisar a história da educação sexual no século XX, percebemos momentos de conquistas e recuos. Nessa perspectiva, Guimarães (1995) acerta ao afirmar que a história da educação sexual no Brasil se apresenta em “[...] movimentos isolados e esparsos, que ocorrem de um modo esporádico” (p.68).

Figueiró (2001) cita que as propostas escolares não são exclusivas de professores e filósofos de nosso século ou do século anterior, embora tenha sido naquela época em que emergiram com mais energia e nitidez.

Ora, nos anos 80 nosso país se mostrava mais aberto à implantação da educação sexual em razão do surgimento de problemáticas sociais como a AIDS e o aumento dos casos de gravidez precoce na adolescência, entre outros fatores. Com isso, fez-se possível uma participação mais efetiva de profissionais da saúde nos estudos, pesquisas e intervenções envolvendo as questões vinculadas à educação sexual.

Em meados da década de 1980 foram estruturados, também, novos níveis de pesquisa acadêmica sobre Educação Sexual nos Programas de Pós-Graduação em Educação ou em áreas afins. Dentre os quais destacamos a publicação de Maria Amélia Goldberg, intitulada Educação Sexual: uma Proposta, um Desafio, que afirma que a sexualidade decorre do fato de que qualquer comportamento sexual tem, na sociedade seu ponto de partida e de chegada, isto é, nela tem suas raízes e sobre elas tem seus efeitos (GOLDBERG, 1986).

Na década de 1990 há uma considerável expansão institucional e acadêmica da discussão sobre a educação sexual, apontando perspectivas para a consolidação da temática na pesquisa e na formação de educadores. Os estudos de Brasil Fontes (1989), Ribeiro (1990), Guimarães (1995), Figueiró (1995), Nunes (1996), Louro (1999), Meyer (2000), têm ampliado as possibilidades analíticas e as dimensões educacionais do tema.

A partir de 1995, o MEC passou a coordenar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a serem apreciados pelo Conselho Nacional de Educação e, em 1997, propôs os Parâmetros para o Ensino Fundamental de todas as escolas do país, cuja proposta curricular incluiu como um dos temas transversais, a orientação sexual, a ser abordada pelos professores, permeando as diversas disciplinas.

De meados da década de 90 até os dias atuais, no tocante à relação educação e sexualidade, vêm sendo empreendidas amplas discussões, objetivando subsidiar os educadores no trato da sexualidade na escola. Contudo, as redes de ensino (públicas e privadas), ainda tropeçam na resolução do Conselho Nacional de Educação, uma vez que os professores, mormente os da escola

básica, têm revelado certo “desconforto” para tratar a questão, em face da discrepância existente entre as cobranças oficiais que lhes são feitas, especialmente após a implantação dos PCNs e a formação que recebem (se recebem) para enfrentar tais demandas.

Nossa proposta insere no tocante de conhecer as representações sociais de estudantes de uma escola pública referente as temáticas sexualidade e gênero. Estes sendo público alvo de um projeto de extensão referente à temática, compreender, analisar as transformações que a educação em saúde promove no indivíduo, assim como na sociedade.

### 3.2 Sexualidades, gênero e suas imbricações

Gênero e sexualidade na escola, afinal, do que se trata nessa interpelação? Quais os significados das abordagens sobre estes temas no universo escolar? Quais filiações ou traços epistemológicos são utilizados numa abordagem dessa natureza? Por que tratar os temas gênero e sexualidade na instituição escolar? Nosso percurso será pautado por estas interpelações, buscaremos através da problematização refletir sobre gênero, sexualidades e suas imbricações no cotidiano escolar.

Por mais que a sexualidade seja uma temática que na escola se vincule às aulas de ciências ou então de educação física, é necessário considerar sua vertente social, e, sobretudo, histórica. Quando afirmamos que a sexualidade é uma construção social, compartilhamos da idéia de Jeffrey Weeks (2000, p.40) de que esta é “[...] uma invenção social, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas”. Em outras palavras, isso significa que a sexualidade é um conceito mutável, que sofre modificações e variações em tempos e espaços históricos diferentes.

A sexualidade é a condição estruturadora e geradoras das vivências humanas desde os aspectos da concepção biológica até as diversas manifestações físicas e/ou subjetivas da afetividade humana, todas elaboradas nas práticas de vida cotidiana. Nesse processo, a sexualidade se insere ao ser humano como definidora e inerente a sua existência. Sendo essa a matriz e a possibilidade perpetuadora da existência estando imersa no conhecimento cotidiano que “[...] revela um mundo marcado pela ação e pelos dados humanos plenos da experiência e da aventura que buscam, na contradição e ambiguidade, a construção da existência histórica humana. (SILVA, 2001, p.77).

O discurso sobre a sexualidade sempre esteve presente, ou seja, muito se fala sobre a sexualidade, não é possível pensar que houve um momento histórico que fez com que essa discussão, então, emergisse. Entretanto, é preciso pensar o que falam sobre a sexualidade e quem são os sujeitos autorizados ao discurso e, de que lugar esses sujeitos estão falando; [...] o fato de se

falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 2007, p.18).

O sexo sempre esteve em discurso, como propõe Foucault, sempre se falou sobre ele, mas é preciso pensar que discurso está sendo dito. E ao olhar à história, visando compreender o presente, fazendo uma história do presente, isto é, buscando as condições de possibilidades que fizeram com que, hoje, a sexualidade fosse entendida como algo feio ou pecaminoso, que deve ser vivido por um casal, um homem e uma mulher, apenas para a procriação, nos possibilita perceber alguns aspectos que marcaram as mudanças no discurso sobre a sexualidade.

Nesta perspectiva, a escola ocupa um importante papel, como uma instituição histórica alicerçada sob uma visão sociopolítica, compondo ou um corpo da igreja ou corpo do Estado. A escola, desprovida de uma identidade voltada para si, se construiu como mantenedora das imposições do processo hegemônico de dominação a partir da coesa relação estabelecida entre educação e “aura científica”, definidora desta visão normativa de ensino que durante séculos pouco foi alterada. (TARDIF, 2002)

Nas pesquisas bibliográficas que temos realizado foi possível encontrar esses discursos e práticas de professoras/es que vem entendendo que para discutir a sexualidade com as/os alunas/os existe alguém que é autorizado a falar, que existe uma fase da vida em que é possível falar sobre esse assunto, assim como não se pode falar de sexualidade em qualquer espaço, ou seja, quem pode falar e quando é possível falar de sexualidade. Além disso, uma das primeiras instâncias sociais responsável pelo diálogo sobre a sexualidade é a família e em seguida a escola, dessa forma, esses são, então, os espaços entendidos como permitidos para o diálogo sobre essa temática.

Uma vez mais, na tentativa de esboçarmos contornos “epistemológicos”, reportamos à história e ao conceito de sexualidade, tal como definida por Michel Foucault, pois pensamos ser esse um horizonte importante para pensarmos sobre a sexualidade na educação. Desse ponto de vista, a presença da sexualidade na escola pode perfeitamente se traduzir na função de reproduzir o dispositivo de controle dos corpos, assim como em paradigma biopolítico de controle da vida, pois foi justamente na instituição escolar que se instauraram historicamente os dispositivos disciplinares e de governo sobre os corpos de crianças e adolescentes. Como afirma Helena Altman (2001) em sua análise dos PCNs, também amparada pelo referencial foucaultiano, estes documentos provocam uma incitação ao discurso sobre o sexo na escola, isto é, produzem uma verdadeira explosão discursiva: a proposta era que, no interior dos pressupostos dos temas transversais, “a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa”. Com Foucault, aprendemos que por meio

da incitação ao discurso do sexo se instauram mecanismos de controle sobre os corpos dos indivíduos, exercidos não somente dentro de um sistema de punições e proibições, mas, especialmente, por meio de mecanismos que produzem sujeitos e seus corpos sexuados. Tal produção se dá no sentido do exercício do controle sobre a forma ideal de viver a sexualidade, isto é, de forma normativa, tendo em vista as práticas sexuais monogâmicas, heterossexuais e reprodutivas. As análises realizadas sobre os PCNs demonstram que estes assumem uma abordagem preventiva e, neste contexto, prevenir as práticas sexuais de “risco” seria a tônica normativa na construção de uma forma ideal de sexualidade:

Ao trata do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 2001, p. 107).

Além da dimensão histórica que abarca a composição da sexualidade, devemos levar em conta também que para entendê-la faz-se necessário pensar também na seguinte prerrogativa, ou seja, a de que a maneira como nos entendemos sexualmente é igualmente perpassada pela forma como nos entendemos enquanto homens e mulheres. Neste sentido, o conceito de gênero emerge, uma vez que a masculinidade e a feminilidade fazem parte da constituição do sujeito.

A inserção do gênero em nossa história social é relativamente recente. Saído da gramática em que se restringia à designação do sexo dos substantivos, o termo gênero foi utilizado pela primeira vez em 1955 pelo biólogo estadunidense John Money como a possibilidade de identificar os aspectos sociais do sexo. Com isso, definiu-se a oposição existente entre as categorias sexo e gênero, referindo o termo sexo exatamente aos aspectos biológico da identidade sexual e o termo gênero aos aspectos sociais construídos neste processo de identificação. (SILVA, T., 2007)

No interior do fascículo de Orientação Sexual há um subitem denominado Relações de Gênero, com duas páginas e meia de texto. A inserção do tema se dá enquanto conteúdo específico da Orientação Sexual. Os objetivos para a abordagem são:

[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas (BRASIL, 2000, p. 144).

Joan Scott (1995, p.14) é uma das autoras que propõe o uso deste conceito como uma categoria de análise. Para esta autora, “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às

relações de poder.” Em outras palavras, o gênero é um modo de compreender mais claramente as relações existentes entre homens e mulheres e assim diluir preconceitos, já que como categoria de análise nos fornece elementos para questionarmos algumas normas e condutas naturalmente atribuídas ao feminino e ao masculino.

Nossa trajetória de vida é marcada por muitos acontecimentos históricos, sociais, culturais e políticos. A cada dia transformamos o meio onde vivemos a partir dos nossos atos. Através das lutas pelos direitos sociais de igualdade passamos a perceber novas visões a respeito da questão de gênero, porém ainda permanece em algumas pessoas o olhar preconceituoso e ignorante sobre a equidade de gênero entendida aqui como a igualdade, o respeito entre homens e mulheres. Segundo Sayão e Bock (2002), o termo gênero passou a ser usado nos fins dos anos 70, com a luta do movimento feminista pela igualdade dos direitos entre os gêneros a fim de que se perceba que as desigualdades entre os gêneros parte do peso que a cultura exerce sobre nós. Conforme Sayão e Bock (2002), as relações de gênero são referentes aos predicados que a sociedade e a cultura determinam para o feminino e o masculino, levando em conta que a diferença biológica é apenas o ponto inicial para se construir socialmente os papéis de homens e mulheres no meio social.

Este campo de reflexão consiste no aparato teórico que adotamos neste estudo e, ancorados nas contextualizações de Judith Butler (2003), concebemos o gênero como uma construção cultural negando que ele seja aparentemente fixo como o sexo ou um resultado casual definido por sua estrutura biológica, assim como nega a possibilidade de compreender o sexo apenas como um dado da natureza. Para a autora, sexo foi desde sempre, gênero; porque matizado pelo discurso. Nessa perspectiva, abre-se espaço para pensar o gênero como a interpretação múltipla do sexo, ou ainda, os significados culturais assumidos pelos corpos sexuados, não decorrendo de um sexo propriamente dito, mas considerando que “[...] a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.” (p.24)

Portanto, a constituição de cada pessoa deve ser pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos (FELIPE, 1999). Além disso, o conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos ao ser mulher ou ao ser homem em diferentes sociedades e épocas. Homens e mulheres, meninos e meninas constituem-se mergulhados nas instâncias sociais, em um processo de caráter dinâmico e contínuo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), as questões de gênero estão relacionadas com as características biológicas do feminino e masculino sendo construída na interação com a família, a sociedade. Pois, ainda no ventre há, por parte dos

familiares, manifestações curiosas e desejos referentes ao sexo do bebê. A partir desse ponto criam-se perspectivas diferentes para o futuro deste indivíduo, segundo o perfil de homem e mulher que é vivenciado na sociedade. Lançam, dessa forma, valores, determinam comportamentos, estabelecem regras que meninos e meninas devem seguir desde a cor da roupa, ao brinquedo, as amizades. Essa questão está totalmente ligada à construção da identidade do ser humano, que de acordo com Hall (2006) não é biológica, mas sim histórica construída junto à transformação constante da sociedade.

As identidades de gênero e sexuais são construídas no espaço escolar criando hierarquias e obedecendo uma lógica de diferenciação que reforça a naturalização da dominação. Louro (2005) afirma que a escola e o currículo, através de múltiplas práticas materiais, de símbolos e códigos, delimitam os espaços, determinam o que deve e o que não deve ser feito e o tempo específico para as coisas, criando, a partir de uma matriz heterossexual, os padrões de normalidade, reforçando a ideia de uma essência natural, elaborando uma forma original para os sujeitos.

### 3.3 Teorias das representações sociais

Para se conhecer e compreender as concepções, crenças e atitudes dos professores referente a Educação Sexual este estudo utilizou a Teoria das Representações como fundamentação teórica, a qual auxilia a compreender toda a trama intrincada de mitos, dúvidas, verdades e estigmas, além de ser base para a sondagem das necessidades diante da construção do programa de formação docente, aqui proposto como produto construído colaborativamente.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surge na França, em 1961, por Serge Moscovici, que tem como obra inicial *La Psychanalyse, son image, son public* (ARRUDA, 2002). Esta foi fundamentada inicialmente tendo como referência o conceito de representações coletivas de Emile Durkheim, que defendeu a dicotomia entre representações individuais e coletivas (MOSCOVICI, 2010).

Durkheim definia as representações coletivas como um conjunto de ideias e sentimentos partilhados e combinados que vão se acumulando no decorrer do tempo e que são utilizados e assimilados pelos indivíduos da sociedade. Durkheim se apoiou no estudo da religião dos povos primitivos e assegurava que as representações ali presentes encontravam-se também em outras religiões até mesmo mais elaboradas (MOSCOVICI, 2009). Para ele, o ambiente natural dos seres humanos é a sociedade e está mantêm um sistema de relações que originam crenças, normas, linguagens e rituais coletivamente partilhados que têm uma existência antes, durante e depois dos indivíduos singulares e que os mantêm coesos. Desta forma, as representações são estáveis, exercendo coerções e constituindo a sociedade

Destaca-se que as representações coletivas possuem suas próprias leis, e natureza diferenciada do pensamento individual. Conforme Nóbrega (2001), na perspectiva de Durkheim, as representações são coletivas à medida que conduzem as pessoas a pensar e agir de forma homogênea. Sendo assim, as representações coletivas expõem a maneira na qual o grupo pensa suas relações com os objetos que os afetam.

Farr (2008) explica que o conceito de representações coletivas formulado por Durkheim era mais apropriado para as sociedades menos complexas estudadas por este sociólogo. Com efeito, ressalta que Moscovici julgou mais adequado estudar as representações sociais, visto que no contexto moderno as sociedades são caracterizadas pelas rápidas mudanças socioculturais, políticas e econômicas e pelo pluralismo de sujeitos, conhecimentos e/ou crenças.

Nesse contexto, Moscovici (2010) explicita que no sentido clássico, as representações coletivas se referiam a uma classe geral de ideias e de crenças (ciência, mito, religião, etc.) e, desse modo, constituíam um instrumento explanatório, contudo, atualmente as representações sociais são consideradas fenômenos que precisam ser descritos e explicados. Visto que constituem fenômenos específicos relacionados com uma forma peculiar de compreender e de se comunicar, que é capaz de criar tanto a realidade como o senso comum. Por conseguinte, visando enfatizar esta distinção é utilizado, atualmente, o termo “social” ao invés de “coletivo”.

Moscovici trabalha o conceito de representações sociais através do princípio da indissociabilidade do psíquico e do emocional. Seu trabalho visa a compreender como o homem se relaciona com a realidade social. Segundo Anadón e Machado (2001), Moscovici evidencia como a psicanálise é alterada, à medida que entra na sociedade e como é apropriada por grupos sociais, destinos escolhidos de acordo sua posição social, suas visões políticas, religiosas e nível social. Isso revela que o saber científico é transformado em senso comum pelos vários grupos estudados.

A Teoria das Representações Sociais pode ser definida como um campo de estudo que objetiva compreender a dinâmica de construção do conhecimento a partir da lógica do senso comum, compreendida como uma construção própria que permite que grupos específicos, em situações e contextos sócio-históricos específicos, possam lidar com os problemas de seu tempo. Através da interação sujeito-objeto, um dado fenômeno (conhecimento) é formado e transformado, gerando (re)formulações, transformações nos elementos da interação através da cultura e da história (JODELET, 2002; JOVCHELOVITCH, 2001; MOSCOVICI, 2010).

Pensar representações sociais é, a priori, compreender que não há separação entre o universo externo e interno do indivíduo. Como explica Alves-Mazzotti (2008, p. 62), “em sua atividade representativa, o indivíduo não reproduz passivamente um objeto dado, mas, de certa forma, o reconstrói e, ao fazê-lo, se constitui como sujeito, pois, ao apreendê-lo de uma dada maneira, ele próprio se situa no universo social e material”. Estas reconstruções são calcadas em valores, crenças

e conceitos construídos individual e/ou coletivamente, influenciadas por fatores sóciohistóricos e culturais.

De acordo com Abric (2000), toda representação organiza-se num regime sócio-cognitivo, estruturado no contorno de um núcleo central, composto por um ou diversos agentes que atribuem sentidos a representação. Um agente mantém-se no espectro central, porque estabelece um vínculo preponderante com o objeto da representação, fruto das raízes históricas e sociais que conceberam a representação social, sem o qual o objeto perde toda a sua acepção. Nas imediações do núcleo central, estabelecem-se os agentes periféricos, que proporcionam uma contextualização e, devido à sua elasticidade, favorecem certa inflexão subjetiva da representação. Por conta de sua configuração periférica no que tange ao núcleo central, esses agentes oferecem maior flexibilidade, o que sugere poderem mais fluentemente transformar-se e adequar-se, conforme a diversidade e a pluralidade de vivências que o sujeito experimenta.

Ainda adotando as contribuições de Abric (2000), a representação é, simultaneamente, o fruto e o mecanismo de uma prática mental, segundo a qual um sujeito ou um segmento reconstitui a realidade, com a qual eles se defrontam e para qual eles indicam um sentido específico. O mesmo autor enfatiza que o sentimento do ponto de vista pessoal ou coletivo, assim como a apreciação e reflexão do senso comum desses indivíduos e a investigação do meio que os cerca é essencial para aprender o processo dos acontecimentos sociais. Para Abric (2000), a representação é um instrumento que possibilita visão panorâmica e pormenorizada de um objeto, mas também de um sujeito. Esta representação remodela a realidade, com a intenção de promover a interseção das marcas objetivas do objeto, do repertório cultural acumulado pelo sujeito e do regime de regras e comportamentos.

Para Moscovici (2010), as representações sociais “[...] restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos. [...]” (p.52). O autor explica que transformar palavras, categorias, assuntos, ideias ou mesmos seres e objetos não familiares em algo significativo, usual, próximo, atual e familiar, realmente não é uma tarefa fácil, por isso destacou a necessidade de colocar em prática dois mecanismos das representações sociais. O processo de ancoragem tenta colocar ideias estranhas em um contexto familiar. Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriadas. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (MOSCOVICI, 2010, p. 61). Arruda (20, p. 136) complementa que

A ancoragem é uma maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto. O sujeito procede recorrendo ao que é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade: trazê-la ao território conhecido da nossa bagagem nocional.

Já o processo de objetivação une o não familiar com a realidade. Objetivar é, então, descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzindo o conceito em uma imagem. Ou seja, “transformar a representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2010, p. 71). É como direcionar para o ambiente exterior os conceitos e imagens, representados.

Jodelet (1993) acrescenta que a ancoragem permite que a representação seja criada, pois constrói uma rede de significados que dão coerência e aproximação com valores sociais. Já a objetivação permite que algo abstrato seja naturalizado e passe a ser integrado a realidades concretas que pode ser compreensível e utilizável na ação sobre os outros e o mundo. Com efeito, salienta-se que:

Esses processos geradores e funcionais, socialmente marcados, nos permitem a abordagem das representações em diferentes níveis de complexidade. Desde a palavra até a teoria que serve de versão do real; desde os conceitos, categorias, até as operações de pensamento que os ligam e à lógica natural de um pensamento orientado para a comunicação e ação. Eles permitem, igualmente, o caráter simultâneo do concreto e do abstrato das representações e de seus elementos, os quais tem um estatuto misto de percepto e conceito. Estatuto igualmente ligado ao fato de que o pensamento social remete aos eventos concretos da prática social e deve, para ser comunicado, permanecer vivo na sociedade, ser um pensamento em imagem. [...] (JODELET, 1993, p.59).

Ademais, é exposto por Moscovici (2010) que a teoria das representações sociais toma “[...] como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, e toda a sua estranheza e imprevisibilidade[...]” (p.79).

Portanto, as representações sociais podem constituir o ponto de partida para a compreensão das concepções acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade, no âmbito escolar.

#### **4. METODOLOGIA**

##### **4.1 DESENHO E TIPO DE ESTUDO**

Considerando a forma interpretativa com que o objeto do estudo exige, escolheu-se a abordagem metodológica qualitativa, pois essa abordagem abrange o indivíduo de um determinado grupo social, permitindo ao pesquisador trabalhar com o universo de sentimentos, sentidos, valores, crenças, costumes e conceitos dos sujeitos sociais, o que leva a compreensão da vivência dos próprios atores sociais, detalhes que impossibilita o alcance no método quantitativo (MINAYO, 2010).

Com intuito de alcançar o objetivo proposto no estudo, será realizada uma investigação de natureza descritiva e exploratória, cujas finalidades serão observar, descrever e documentar aspectos de uma dada situação. Os estudos descritivos, exploratório, descreve, exploram e observam aspectos de uma situação, assim quando pouco se conhece sobre um grupo estudado, fenômeno ou instituição, a descrição se torna um importante propósito da pesquisa qualitativa. (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004).

De acordo com Gil (2010), o estudo exploratório caracteriza-se por um planejamento flexível levando em consideração os mais variados aspectos relacionados ao problema estudado. Assim, esta pesquisa envolve entrevistas com indivíduos com experiência prática relacionada ao problema pesquisado.

#### 4.2 DESCRIÇÕES DO LOCAL DO ESTUDO

Esta pesquisa será realizada na cidade de Senhor do Bonfim-Ba, localizada no interior da Bahia a 375 km da capital baiana, Salvador. Ocupa uma área territorial de 827,487 Km<sup>2</sup> com uma população de aproximadamente 81.330 habitantes segundo dados do último censo (IBGE, 2010).

A coleta será realizada em local escolhido pelos participantes da pesquisa, podendo ocorrer em meio domiciliar ou na associação do bairro, que será acordado durante o período de aproximação, visando à escolha de um ambiente que preserve a privacidade dos/das participantes da entrevista.

#### 4.3 PARTICIPANTES DE PESQUISA

Os participantes serão adolescentes de uma escola pública, em Senhor do Bonfim, que são beneficiados pelo Projeto de extensão educação sexual nas escolas (UNEB).

#### 4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os participantes da pesquisa serão jovens e adolescentes que fizeram parte das oficinas do Projeto de Extensão Educação Sexual nas Escola, na escola pública na cidade de Senhor do Bonfim-Ba. Os critérios de inclusão serão: fazer parte dos projetos de Extensão descrito, residir em Senhor do Bonfim, ter idade de 15 a 21 anos, aceitar de forma voluntária participar da pesquisa. Enquanto os critérios de exclusão serão: ter idade superior a 21 anos ou inferior a 15 anos, não ter participado de nenhuma atividade dos Projetos de Extensão Educação Sexual nas escolas, no período de 2017 a 2019.

#### 4.5 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados será utilizada a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), método que combina perguntas fechadas e abertas, podendo o entrevistado falar sobre o tema, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador, permitindo a adição de outras questões no decorrer da entrevista (MINAYO, 2010). Essa técnica consiste em uma conversa a dois, concretizada por iniciativa do entrevistador, com conjugação de perguntas abertas e fechadas permite ao entrevistador agir de forma mais livre sobre o tema em questão (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007).

O instrumento de coleta conterà duas etapas, onde a primeira será referente a informações de identificação do/a participante; e a segunda será formulada questões abertas, tendo a seguinte questão norteadora: “Como jovens e adolescentes beneficiados por um projeto de educação sexual, representam socialmente sobre a existência das discussões de gênero e sexualidade em âmbito escolar?” à qual irá nortear sobre a vivência das participantes na busca de atingir o objetivo do estudo.

A coleta dos dados será previamente agendada individualmente de acordo com a disponibilidade da participante, em local escolhido por ela e que respeite sua privacidade. Somente será iniciada a coleta no momento em que for assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que confirma a colaboração livre da entrevistada no estudo, que deverá conter todas as informações necessárias, com linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento afim de integral esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (BRASIL, 2012). As falas serão gravadas com auxílio de um gravador de voz e logo depois serão transcritas para que sejam organizadas.

#### 4.6 PERÍODOS DE COLETA DE DADOS

A coleta será realizada através de entrevista com jovens e adolescentes que contemplem os critérios de inclusão na cidade de Senhor do Bonfim- BA, no período de agosto a dezembro de 2019.

### 5. ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados terá início após término da coleta dos dados. Os dados coletados serão transcritos em sua totalidade, respeitando as falas, expressões e pensamentos dos sujeitos, para dessa forma compreender a vivência desses jovens e adolescentes.

Ao analisar e interpretar informações geradas em uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto em direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia no meio social. Assim, na organização e análise dos dados será realizada a descrição, onde as opiniões das participantes serão expostas da forma mais fiel possível, será realizada a decomposição dos dados buscando as relações entre os itens decompostos; e por fim, a interpretação que consiste na busca de sentidos das falas das entrevistadas a fim de chegar a compreensão que vai além do descrito e analisado (MINAYO, 2010).

Para Minayo (2010) existem duas formas metodológicas para realizar a análise e a apresentação de dados: análise de conteúdo e o método de interpretação de sentidos. Baseado nisso, na análise das entrevistas será utilizado o método de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011) que dá ênfase na análise temática, apropriada para pesquisas qualitativas em saúde. Essa análise é dividida em três etapas: pré-análise (organização do material); exploração do material (definição de categorias); tratamento dos resultados obtidos e interpretações (resultados são inter-relacionados com literatura).

## 6. ASPECTOS ÉTICOS

A presente pesquisa cumprirá integralmente as diretrizes e referenciais propostas nas Resoluções 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da normatização de pesquisas envolvendo seres humanos, seguindo os princípios da regulamentação da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012), especificamente o item I das disposições preliminares, o qual incorpora, sob a ótica do indivíduo e coletividades, elementos da bioética referente a autonomia, não maleficência, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, com anonimato dos sujeitos, assegurando os direitos e deveres das participantes da pesquisa, comunidade e do Estado.

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para análise, o qual encontra-se aprovado com número do CAAEE 04091718.6.0000.0057 (em anexo). Após esse processo será solicitado o consentimento esclarecido do gestor do centro de saúde, sendo, para tanto, garantido o anonimato dos pacientes iniciando assim a coleta dos dados necessários para o embasamento da pesquisa.

## 7. CONCLUSÃO

Toda interrogação nos leva para um determinado caminho, que nem sempre é o da resposta concreta. Muitas questões têm como valor principal o de nos levar para um campo minado composto por uma série de novas questões, e aqui não poderia ser diferente.

O ponto de partida do presente estudo foi o cruzamento entre a educação, as práticas educativas referentes a sexualidade e as concepções, crenças e atitudes dos jovens e adolescentes frente a esta temática, mas uma série de outras interfaces pertence a esta triangulação. Torna-se explícito que a educação sexual embora permeie o espaço escolar, as relações sociais, não é (re) conhecida e nem incluída num contexto democrático, visto que a falta de conhecimentos dos membros da escola, como também da sociedade, sobretudo dos/as docentes e pais, impossibilitam a promoção de ações educativas que desconstruam e reconstruam as nuances da temática.

Esta pesquisa procura analisar na perspectiva dos jovens e adolescentes as representações sobre educação sexual, para buscar desenvolver educação em saúde na perspectiva de tornar os jovens e adolescentes atores sociais, capazes de transformar suas realidades por meio do conhecimento e empoderamento.

Pela compreensão da Educação Sexual enquanto transversalidade, entendemos que existe um espaço para inserir assuntos de sexualidade no universo pesquisado. Intentaremos identificar quais são os saberes dos participantes desta pesquisa no contexto social a que pertencem frente à necessidade de discutir a temática com os educandos.

Portanto, os resultados de um estudo, como a proposta aqui apresentada, podem ser de grande utilidade para compreender processos sociais no contexto da formação sexual e de gênero de jovens e adolescentes. Servindo num futuro, para subsidiar discussões e propostas de enfrentamento as desigualdades sociais, vividas por pessoas vítimas dos preconceitos e estigmas por se mostrarem diferentes dos padrões sexuais binários e heteronormativo, bem como pelas diferenças de gênero ocasionadas pela cultura do machismo patriarcal.

## 8. REFERÊNCIAS DO PROJETO

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações sociais: Aspectos teóricos e aplicações à Educação**. Revista Múltiplas Leituras.1(1) p. 18-43, jan-jul, 2008.

\_\_\_\_\_. Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de “dedicação”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 89, n. 223, p. 522-534, set./dez. 2008.

ALMEIDA, Tereza Joelma Barbosa. **Abordagem dos temas transversais nas aulas de ciências do ensino fundamental no distrito de Arembepe, município de Camaçari-BA**. Candombá – Revista Virtual, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan./jun 2006.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ANADÓN, Marta; MACHADO, Paulo Batista. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Salvador: EDUNEB, 2001

ARAÚJO, T.W.; CALAZANS, G. (Org). **Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: Brochuras de referência para os profissionais da saúde**. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2007.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 127-147, nov./2002.

BARDIN, Laurence . **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely F. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 389-397, 2005.

BOCK, Ana Bahia Mercedes, FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **PSICOLOGIAS: uma introdução ao estudo da psicologia**. 3ª Tiragem. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>. Acesso em: 01/11/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1988.

\_\_\_\_\_. LEI n. 60 de 6 de agosto de 2009. **Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar**. Diário da República, 1ª série - n.º 151 A., Brasília: Presidência da República, 23 de julho, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. – 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde**. Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde. Brasília (DF), 2012.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s): A sexualidade como tema transversal**. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EGYPTO, Antônio Carlos (Org.) **Orientação sexual**. São Paulo: Cortez, 2003

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira. **Ensaio sobre Educação, sexualidade e Gênero**. Salvador: Héliquia, 2005.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira. **Educação Sexual: Construindo uma nova realidade**. Salvador: Instituto de Biologia da UFBA, 1995.

FARR, R.M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: P.A. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs). **Textos em representações Sociais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 31-59.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação. In: SILVA, L. H.(org.). **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980 – 1993**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: Retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina, PR: Eduel, 2001.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18ª ed, São Paulo: Graal, 2007.

GOLDENBERG, M. A. **Educação Sexual**: Uma Proposta, Um Desafio. SP: Cortez, 1986. p.82-83.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006

IBIAPINA, I.M.L.M; RIBEIRO, M.M.G; FERREIRA, M.S. **Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293010&search=bahia|senhor-do-bonfim>> Acesso em out. 2018

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, pp.17-44.

JODELET, Denise. **Representations sociales: Un domaine em expansion.** (dez, 1993) In: Jodelet, D. Les representations sociales.(p.31-61). Paris: PUF, 1993. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves – Mazzotti. UFRG- Faculdade de Educação

JOVCHELOVITCH, S. **Cultura e pesquisa. Representações sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva.** EduCadernos, Blumenau, Caderno 2, p. 01–56, 2001.

LAPATE, W. **Educando para a Vida: Sexualidade e Saúde.** São Paulo: Sttima, 1985.

LOURO, G.L. Sexualidades: lições de casa. In: MEYER, D.E.E.(org.). **Saúde e sexualidade na escola.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O currículo e as diferenças sexuais e de gênero.** In: COSTA, M.V. (org.) O currículo nos limiares do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEYER, D. E. E. **Educação em saúde na escola: transversalidade ou silenciamento.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos educação básica; 4)

NÓBREGA, Sheva Maia da. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, Antônio Paredes (Org.). **Representações sociais: teoria e prática.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2001

NUNES, C.; SILVA, E.A **Educação Sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade. Campinas SP: Autores Associados, 1999.

NUNES, C. A. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

POLIT, D.F; BECK, C.T; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas**. Coleção Textos, Vol. 4. Araraquara, UNESP, 1990.

SAYÃO, Yara. Orientação Sexual na Escola: Os territórios possíveis e necessários. In AQUINO, Julio, G. (Org). **Sexualidade na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. 143p.

SAYÃO, Yara e BOCK, Sílvio Duarte. **Relações de gênero**. ed. Equipe Educa Rede, dezembro – 2002. Disponível em: <http://www.educared.org/educa> Acesso em: 20/10/2018.

SILVA, Jeferson Idelfonso. **Conhecimento: uma epistemologia da práxis histórica. Ícone**. Uberlândia: UNIT, v.7, n 1 e 2, p.73-80, jan/dez, 2001.

SILVA, Thomaz Tadeu. Documentos de Identidade - uma Introdução às Teorias do Currículo. Editora Autêntica, 2007.

SCOTT, Joan Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SUPLICY, Marta. **Orientação sexual nas escolas de São Paulo**. São Paulo: AMAEducando, 1995.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira.3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VERUCCI, Florisa. **A Dificil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

VITALLE, M.S.S. Alguns pontos conceituais sobre sexualidade na adolescência. **Rev Paul Pediatr.** 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000107&pid=S01044230201200010001400011&1n](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000107&pid=S01044230201200010001400011&1n)>. Acesso em: 20 out. 2018.

VITIELLO, Nelson. Sexualidade e reprodução na adolescência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana.** Vol. 5, nº 1, São Paulo: Iglu Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade: quem educa o educador.** Um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo. Iglu, 1997.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e sexualidade.** In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.37-82.

WEREBE, Maria José. **A Educação Sexual na Escola.** Lisboa: Morais Editores, 1997/1998.

APÊNDICE  
APENDICE A



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII**  
**CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convido-lhe a participar de uma pesquisa intitulada “**SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?** A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade”, que tem como objetivo geral capturar as Representações Sociais de estudantes de uma escola pública e jovens e adolescentes de uma comunidade quilombola beneficiados por um projeto de extensão educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por mim, Tatiane Pina Santos Linhares, como atividade do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, no projeto de Iniciação Científica.

Sua participação será muito importante, pois contribuirá para obtermos maiores informações sobre o tema, e as transformações que a atividade de extensão, assim como a educação em saúde pode promover na sociedade.

Para coletar os dados, será utilizada um questionário, gravado com o auxílio de um gravador portátil, que acontecerá no período de sua disponibilidade e onde for mais cômodo para você. Concordando em participar da entrevista, você poderá ouvir ao final, a gravação da entrevista, e retirar ou acrescentar quaisquer informações.

Informo que poderá escolher em participar ou não da pesquisa, assim como desistir em qualquer fase do estudo, sem penalização e sem prejuízo algum. Você não terá nenhuma despesa, bem como não será paga pela participação. Caso aceite participar da pesquisa, todas as informações coletadas serão confidenciais, assegurando sua privacidade. As gravações e os dados obtidos serão de acesso apenas das pesquisadoras responsáveis, não disponibilizando para terceiros, e as gravações serão guardadas por cinco anos, em banco de dados do Grupo de Pesquisa Sobre o Cuidado em Enfermagem – GPCEnf por cinco anos, sendo excluídas após esse período.

Esta pesquisa oferece riscos de cansaço e constrangimento, uma vez que pode implicar em um desconforto. Caso isso ocorra, você pode decidir continuar ou não a entrevista. Como consta na resolução 466/12, se a participante se sentir prejudicada pela participação a mesma tem direito a indenização.

A pesquisa tem como benefício contribuir para reflexão sobre o tema e também ampliar o conhecimento científico na área. Os resultados deste estudo serão divulgados em meio acadêmico e científico através de publicação do artigo científico em revista e/ou apresentação em evento, mantendo sempre seu sigilo e anonimato.

Os aspectos acima mencionados respeitam a Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos bioéticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Diante do exposto, pedimos a sua permissão para participar desta pesquisa. Caso esteja bem informada e aceite participar, favor assinar o documento em 02 (duas) vias de igual teor, sendo que uma ficará com você e a outra ficará com as pesquisadoras. Se precisar de outras informações e esclarecimentos sobre a pesquisa entre em contato com as pesquisadoras: Tatiane Pina Santos Linhares, celular (74) 99952-7399, E-mail: tatianepina\_enf@hotmail.com. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia. Salvador – BA – Brasil. Rua Silveira Martins nº 2555. Cabula. Pavilhão Administrativo – Térreo. Tel: (71) 3117-2445 – E-mail: cepuneb@uneb.br. O CEP/UNEB funciona de 2ª a 5ª feira, nos seguintes horários: 08:00 às 11:30 h (manhã) e 14:30 às 16:30h (tarde), e na 6ª feira somente pela manhã.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu \_\_\_\_\_, concordo em participar da referida pesquisa de forma livre e esclarecida. Confirmando ter compreendido todas as informações descritas.

Senhor do Bonfim-BA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da(o) entrevistada(o)

\_\_\_\_\_  
Tatiane Pina Santos Linhares

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII  
COLEGIADO DE ENFERMAGEM – DEDC VII**

**DECLARAÇÃO DE CONCORDANCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE  
PERQUISA**

Eu, Tatiane Pina Santos Linhares, pesquisadora responsável pelo projeto de título **DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA SOBRE O CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA em Senhor do Bonfim- BA**, declaro estar ciente do compromisso firmado com a orientação de Ingrid de Souza Silva, discente do curso de Graduação em Enfermagem, modalidade presencial, vinculado ao Departamento de Educação DEDC, Campus VII, da Universidade do Estado da Bahia.

Senhor do Bonfim, 17 de Dezembro de

---

Tatiane Pina Santos Linhares  
PESQUISADORA RESPONSÁVEL

---

Ingrid de Souza Silva  
ORIENTANDA

## APÊNDICE C



PREFEITURA  
SENHOR DO  
BONFIM

TERRA  
DO BOM  
COMEÇO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM  
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PRAÇA JURACY MAGALHÃES, 126, SENHOR DO  
BONFIM – BA.**

Senhor do Bonfim – BA, 17 de Dezembro 2018.

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Angelina Santos Matos, na função de Secretária Municipal de Saúde de Senhor do Bonfim- BA, estou ciente e autorizo a pesquisadora TATIANE PINA DOS SANTOS LINHARES e sua orientanda INGRID DE SOUZA SILVA a desenvolver na comunidade do Alto da Maravilha situado no Município, o projeto de pesquisa intitulado **DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA SOBRE O CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM SENHOR DO BONFIM- BA**, o qual será executado em consonância com as normas e resoluções a Resolução 466/12. Declaro estar orientada de que a instituição proponente é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o regulamento e bem estas dos sujeitos da pesquisa.

---

Angelina Santos Matos  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII**  
**CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

**TERNO DE CONFIDENCIALIDADE**

**TITULO DO PROJETO:** Desigualdade de gênero e raça sobre o contexto de uma comunidade quilombola em Senhor do Bonfim – BA.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Tatiane Pina Santos Linhares

**INSTITUIÇÃO/ DEPARTAMENTO:** Universidade do Estado da Bahia -UNEB

**LOCAL DA COLETA DE DADOS:** Bairro do Alto da Maravilha, município de Senhor do Bonfim –BA.

As pesquisadoras do projeto Tatiane Pina Santos Linhares e Ingrid de Souza Silva se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados que serão coletados a partir dos prontuários. A divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidos reservados pelas responsáveis da pesquisa, por um período de um ano sobre a responsabilidade da Prof. Ms. Tatiane Pina Santos Linhares. Após este período, os dados serão destruídos.

Senhor do Bonfim, 17 de Dezembro de 2016.

Nome dos membros da equipe	Assinatura
Tatiane Pina Santos Linhares	
Ingrid de Souza Silva	

## APÊNDICE E



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII**  
**CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Suzzana Alice Lima Almeida, matrícula 74371172-8, Diretora do Departamento de Educação – DEDC, Campus VII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, estou ciente e autorizo a pesquisadora Tatiane Pina Santos Linhares e a discente Ingrid de Souza Silva a desenvolver nesta instituição o projeto intitulado Desigualdade de gênero e raça sobre o contexto de uma comunidade quilombola em Senhor do Bonfim – BA, o qual será executado em consonância com as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12. Declaro estar ciente de que a Instituição proponente é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos sujeitos da pesquisa.

Senhor do Bonfim, 17 de Dezembro de 2018.

---

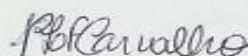
Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzzana Alice Lima Almeida  
Diretora do DEDC/ Campus VII  
Matrícula 74371172-8



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Petrivania Lucia Ferreira de Carvalho, CPF nº 477.402.135-00, diretora do Colégio Estadual Senhor do Bonfim-Ba, estou ciente e autorizo o (a) pesquisador (a) Tatiane Pina Santos Linhares a desenvolver na escola de Educação Básica sob esta gestão o projeto de pesquisa intitulado **SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO? A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade**", que será executado em consonância com as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/2012. Declaro estar ciente de que a instituição proponente é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos sujeitos de pesquisa.

Senhor do Bonfim, 10 de novembro 2018.



Petrivânia Lúcia Ferreira de Carvalho  
Diretora do Colégio Estadual Senhor do Bonfim-Ba.

Petrivana Lucia F. Carvalho  
Diretora  
Portaria 353/2016 Aut. 1156/20



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII  
SENHOR DO BONFIM – BAHIA

#### TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, **Tatiane Pina Santos Linhares**, declaro estar ciente das normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto "**SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?** A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade", no Colégio Estadual Senhor do Bonfim- BA. Sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, respeitando a autonomia do indivíduo, a beneficência, a não maleficência, a justiça e equidade. Garantindo assim o zelo das informações e o total respeito aos indivíduos pesquisados. Ainda, nestes termos, assumo o compromisso de:

- Apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade do Estado da Bahia;
- Tornar os resultados desta pesquisa públicos seja eles favoráveis ou não;
- Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa em forma de relatório, comunicação protocolada ou alterações encaminhadas via Plataforma Brasil.
- Reconduzir a pesquisa ao CEP/UNEB após o seu término para obter autorização de publicação.

Senhor do Bonfim, 20 de novembro 2018.

*Tatiane Pina Santos Linhares*

**Tatiane Pina Santos Linhares**

**Pesquisadora Responsável**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII  
SENHOR DO BONFIM – BAHIA

### TERMO INSTITUCIONAL PROPONENTE

Eu, Suzzana Alice Lima Almeida, matrícula 7471172-8, diretora do Departamento de Educação Professor Paulo Machado, Campus VII, Universidade do Estado da Bahia, estou ciente e autorizo a pesquisado Tatiane Pina Santos Linhares, docente do curso de graduação de Enfermagem, nesta instituição, a desenvolver a pesquisa “**SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?** A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade, a qual será executada em consonância com as normas que norteiam as pesquisas com seres humanos, em especial a Resolução 466/2012. Declaro está ciente que a instituição proponente é corresponsável pela pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

Jacobina, 12 de novembro de 2018.

Suzzana Alice Lima Almeida  
Diretora Campus VII Uneb

Suzzana Alice Lima Almeida  
Diretora do DEEC-VII Sr. do Bonfim  
Mat. 74371172 - 8  
Port. Nº 1846 / 2018



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII  
SENHOR DO BONFIM - BAHIA

**DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO  
PROJETO DE PESQUISA**

Eu, **Tatiane Pina Santos Linhares**, pesquisador responsável pelo projeto de título "**SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?** A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade", declaro estar ciente do compromisso firmado em desenvolver a pesquisa, docente da disciplina de Enfermagem em Atenção a Saúde da Criança e Adolescente, com pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em PSF e Saúde do trabalhador, modalidade *latu sensu*, e mestrado em Educação e Diversidade (UNEB), vinculada ao Departamento Campus VII, da Universidade do Estado da Bahia.

Senhor do Bonfim, 20 de novembro de 2018

**Tatiane Pina Santos Linhares**  
Pesquisadora/Orientadora

Scanned by CamScanner

Scanned by CamScanner



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?  
A experiência e atitudes de adolescentes frente à sexualidade

**Pesquisador:** Tatiane Pina Santos Linhares

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 04091718.6.0000.0057

**Instituição Proponente:** Departamento de Ciências da Vida

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.212.198

#### **Apresentação do Projeto:**

Uma das grandes preocupações que emergem na Educação, em instituições de ensino, é tratar de questões relacionadas ao campo da sexualidade humana. Isto permeia o cotidiano escolar, de forma significativa, demandando atenção especial, por fazer parte de temas transversais. A sexualidade é parte integrante da vida do homem, pois está presente desde o seu nascimento até a morte e também nas relações e ações entre as pessoas, ou consigo mesmos, enquanto seres sexuados. Encontra-se marcada pela cultura, pela história, pela ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito. O objeto desta pesquisa visa analisar as representações sociais de jovens e adolescentes, no que se refere a temática de gênero e sexualidade no âmbito escolar, sendo sujeitos participantes do Projeto de Extensão Educar para sexualidade. O método a ser utilizado é o crítico-dialético, na abordagem qualitativa utilizando revisão integrativa entrevista semiestruturada. O estudo busca como objetivo geral capturar as Representações Sociais de estudantes de uma escola pública beneficiados por um projeto de educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade em ambiente escolar, no município de Senhor do Bonfim-Ba. Tentaremos descrever as concepções, crenças e atitudes em relação a sexualidade, utilizando as representações sociais; e de forma dialógica associar com os impactos e as contradições geradas no cotidiano escolar, assim como nas relações culturais e sociais. Propomos analisar o conhecimento prévio dos jovens e adolescentes, e verificar a transformação que a educação em saúde na perspectiva de tornar os "educandos" e os jovens e

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2399

**Fax:** (71)3117-2399

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.212.198

adolescentes atores sociais capazes de promover mudanças significativas nas suas relações sociais por meio do conhecimento e empoderamento.

**Objetivo da Pesquisa:**

Capturar as Representações Sociais de estudantes de uma escola pública e jovens e adolescentes beneficiados por um projeto de extensão educação sexual, acerca da existência das discussões de gênero e sexualidade.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e Benefícios

Apresentados dentro da eticidade e normativa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é relevante e exequível. Os riscos e benefícios foram apresentados dentro da eticidade e normativa, assim como o TCLE encontra-se em conformidade com os princípios éticos. Critério de inclusão e exclusão: Foram descritos e cumprem os princípios da justiça e equidade. O Cronograma em consonância com os aspectos da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da normativa, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade;
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – Modelo do TCLE: Em conformidade;
- 7 - Termo de Concessão:
- 8 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos:
- 9 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade;
- 10 - Termo de cessão de direitos autorais e autorização para disponibilização de obra em acesso livre:

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

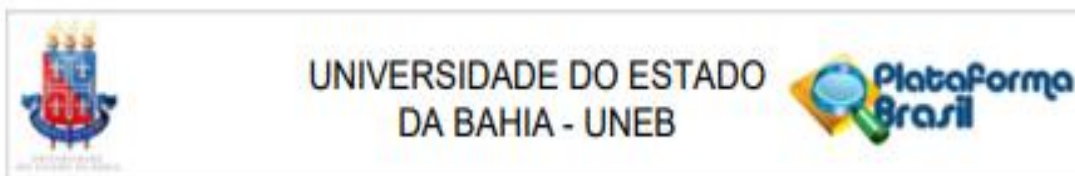
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 3.212.198

#### Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios (parcial e/ou final). Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "SEXUALIDADE: VAMOS CONVERSAR SOBRE ISSO?.", após a avaliação com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, considerando que o mesmo apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1258944.pdf	27/12/2018 17:55:16		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/12/2018 17:54:55	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_para_coleta_de_dados_em_arquivos.doc	27/12/2018 17:54:00	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	TERMO_CESSAO_DIREITOS_AUTOR AIS.docx	27/12/2018 17:49:43	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	TCLE_reponsavel_pelo_menor.docx	27/12/2018 17:49:08	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	termo_de_assentimento_do_menor.docx	27/12/2018 17:48:24	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

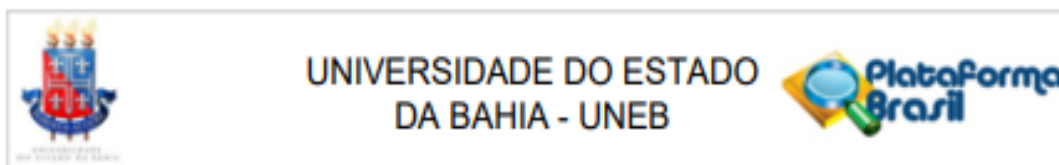
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 3.212.198

Outros	termo_de_concessao.pdf	27/12/2018 17:46:28	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.doc	04/12/2018 01:03:11	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_concordancia_com_o_d esenvolvimento_do_projeto_de_pesquis a.doc	04/12/2018 01:02:48	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_do_pesquisad or.doc	04/12/2018 01:01:30	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	29/11/2018 19:39:46	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	termo_institucional_preponente.pdf	29/11/2018 19:38:22	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_autorizacao_institucional.pdf	29/11/2018 19:37:41	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	termo_de_concordancia.pdf	29/11/2018 19:34:01	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	29/11/2018 19:33:20	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_pesquisador.p df	29/11/2018 19:32:46	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	22/11/2018 15:42:50	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Outros	Questionario.docx	22/11/2018 14:35:04	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	22/11/2018 14:31:05	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	22/11/2018 14:12:54	Tatiane Pina Santos Linhares	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 21 de Março de 2019

Assinado por:  
Aderval Nascimento Brito  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sílvio Martins, 2555  
Bairro: Cabula CEP: 41.195-001  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br